



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO BISEMANAL DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO XV - Nº 289 - DE 11 a 25 DE OUTUBRO DE 2004 - R\$ 1,50

Avaliação das eleições municipais de outubro de 2004: A disputa interburguesa arrastou as massas



Estudantes da USP realizam seu 8º Congresso: Corrente Proletária polariza contra reformismo e conservadorismo

A continuidade da reforma educacional de FHC pelo PT/Lula

**Encontro Estadual de Estudantes no Paraná
contra a Reforma Universitária**



**Unificar as greves em curso:
metalúrgicos, bancários,
petroleiros!**

**Powell vem ao Brasil exigir inspeção da ONU.
Fora com a tutela imperialista! Autodeterminação
é direito de fabricar armas, inclusive nucleares!**

A revolta estudantil na UTO (Oruro, Bolívia)

BOLÍVIA: A CONSTITUINTE É MAIS UM ENGAÑO, COMO FOI O REFERENDO

A disputa interburguesa marcou as eleições municipais de 2004

Nas eleições municipais de 2004, as massas em geral foram arrastadas pelo poder econômico a apoiarem as diversas frações burguesas em disputa. O PT, partido mais votado, obteve esse resultado apoiando-se no poder econômico, realizando a campanha mais rica e se utilizando da máquina estatal. As disputas pelo país expressaram os choques interburgueses ao redor dos rumos da política econômica e preparatórios à sucessão presidencial de 2006. Não se expressou nenhum pólo de independência de classe ou de choque com a politicagem interburguesa.

A disputa interburguesa por dentro das eleições

As eleições ocorreram com quase dois anos de governo PT/Lula. Eleito sob a base de uma aliança com a maioria das frações burguesas e para reestabelecer uma unidade interburguesa ao redor das medidas (reformas) neoliberais e cumprimento dos compromissos com o imperialismo, esse governo logo se desgastou diante da disputa interburguesa ao redor de cada elemento da política econômica e partição do orçamento. A necessidade de cumprir à risca os compromissos com o capital financeiro internacional o levaram a dar o chamado "cavalo de pau" na economia voltada ao mercado interno, com medidas fortemente recessivas, tais como profundos cortes nos investimentos públicos, elevação das taxas de juros, aumento da arrecadação de impostos etc. Essa linha abriu uma cisão com as frações burguesas voltadas ao mercado interno, que passaram a pressionar por um ajuste e uma renegociação das metas econômicas com os organismos do imperialismo. Diante do crescimento das exportações e do fôlego tomado com a entrada de mais de 20 bilhões de dólares pela balança comercial, o PT/Lula obteve algum alívio e passou a negociar medidas de crescimento interno (PPPs etc.), preservando a prioridade de cumprimento das metas com o imperialismo, incluindo a manutenção da alta nos juros.

O descontentamento de frações burguesas com a política econômica tem sido canalizado em maior grau pelo PSDB e por uma fração do PFL. Procuram constituir uma oposição que se fortaleça a fim de enfrentar o PT na próxima disputa presidencial. Como o PT não é um partido originado das frações do capital, coloca-se a necessidade de preparar a sua substituição por um partido ou frente autenticamente burgueses. A utilidade do PT para a burguesia está em que controla as organizações sindicais e populares. Mas como não é um canal direto de ex-

pressão das frações burguesas, seu governo é palco de crise interburguesa permanente.

As frações burguesas se alinharam das mais diversas formas nessas eleições. As alianças entre os partidos se realizaram com todo tipo de composição, desde o PT até o PSDB, passando pelo PFL e PP, e de acordo com os interesses regionais, em que pesaram os acordos oligárquicos. Ocupando o posto central no comando do Estado brasileiro, o PT poderia se fortalecer apoiando-se no aparato e no poder econômico, criando condições para prolongar seu governo. A polarização que aconteceu em algumas grandes cidades entre PT e PSDB refletiu o rearranjo de forças do capital tendo em vista a imediata disputa ao redor da política econômica e as eleições presidenciais de 2006. A mais importante delas se dá na cidade de São Paulo.

PSDB se opõe ao fortalecimento do PT

Em São Paulo, o PSDB procura se projetar nacionalmente como liderança da oposição burguesa ao governo do PT/Lula. O lançamento da candidatura de José Serra, ex-candidato a presidência, procurou nacionalizar a campanha e colocar a prefeitura da maior cidade do país como trampolim para a sucessão de 2006. O outro grande partido opositor, o PFL, se encontra dividido entre os compromissos de sustentação do governo e suas políticas (expresso pelo grupo de ACM) e a necessidade de autoconstrução como oposição burguesa (grupo de Bornhausen). Essa oscilação o enfraqueceu e resultou no maior retrocesso entre os partidos burgueses nessas eleições.

O PSDB expressa em grande medida a fração industrial paulista. Esta se encontra dividida entre a adesão ao governo do PT/Lula e a oposição a ele. Expressa os choques ao redor dos rumos da política econômica e se materializou nas recentes eleições para a Fiesp.

Com o governo do Estado na mão, o PSDB trabalhou por uma vitória em pontos chave no país, de forma a guardar posi-

Denúncias de fraude eleitoral

De vários pontos do país se noticiam denúncias de fraude eleitoral. Um município em que todos os votos foram para um único candidato, outro em que a digitação de um número levava ao voto noutro candidato. Este último aconteceu em Embu-Guaçu (SP), juntamente a fatos como urnas violadas e listas de votantes com assinaturas já feitas.

A população chegou a sair às ruas para protestar contra a reeleição do prefeito, repudiado pelos aumentos de impostos,

mas foi reprimida pela polícia, com bombas de efeito moral, escudos e cassetetes. Isso quase não foi noticiado pela imprensa, claro, pois atesta o oposto da campanha burguesa de voto como exercício da "cidadania".

O fato é que a democracia burguesa serve para enganar as massas com o discurso de poder que emana do povo pela via do voto. Quando falha o discurso e a pressão do poder econômico, então frações burguesas apelam para a fraude descarada.

ções para o futuro embate com o PT. Conseguiu obter a segunda maior votação nacional, ganhou a maioria das prefeituras do Estado de São Paulo e tem vantagem na disputa da capital no segundo turno.

De onde veio a vitória do PT

A vitória do PT se configurou no número total de votantes, no maior número de prefeituras de grandes cidades e capitais, na conquista de maior número de vagas para o segundo turno e

no maior crescimento relativo às eleições anteriores. A maioria das cidades, especialmente as menores, ainda fica sob controle do PMDB, partido burguês de frente das oligarquias regionais.

O PT venceu com grande folga em 6 capitais. Essas vitórias foram construídas sobre a base de campanhas milionárias, com apoio de grande parte das frações do capital, com o uso em grande escala da máquina administrativa e com a campanha de bocas de urna pagos.

As prefeituras do PT, eleitas há 4 anos, já mostravam o que seria o governo federal do PT. O pagamento em dia dos com-

Eleições em São Paulo: disputa interburguesa arrasta os explorados

Os resultados eleitorais não trazem nada de novo. Quem vence as eleições é quem detém os recursos econômicos. O crescimento eleitoral do PT e do PSDB, em São Paulo, expressa a combinação da máquina estatal com as frações burguesas que a sustentam. De um lado, PT/Lula no governo federal e, de outro, Alckmin/PSDB no governo do estado.

A burguesia se dividiu entre o apoio ao PT/Marta Suplicy e ao PSDB/Serra. Os trabalhadores foram arrastados pela intensa e rica campanha desenvolvida pelos dois partidos. Não havia diferença programática, ambos fizeram das eleições um campo de disputa interburguesa impregnada de promessas para atrair a população empobrecida. Marta enalteceu os CÉUs, o bilhete único e jurou melhorias na saúde. Serra se apresentou como o responsável, planejador e o homem que revolucionou a saúde com os genéricos e os mutirões de cataratas.

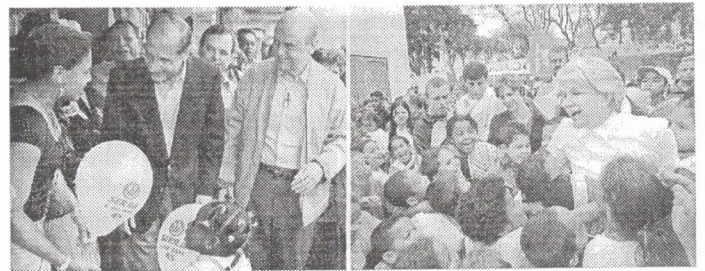
As acusações mútuas só existiram porque os dois partidos se digladiavam para vencer as eleições. Caso fosse outro partido na disputa, certamente o PT estaria considerando o PSDB um aliado eleitoral e vice-versa. O oposicionismo do PSDB ao PT se dá porque no momento não compõe a base aliada que sustenta o governo PT/Lula. Do ponto de vista da política econômica, tanto o PSDB no estado de São Paulo quanto o PT na federação, implantam as diretrizes do FMI e as reformas neoliberais. Tanto é que o PT/Lula segue a política econômica de FHC.

Nas alianças eleitorais, vale tudo

Os partidos orgânicos da burguesia se alternam no poder por meio das alianças com frações do capital e com os apoios das oligarquias regionais. Por isso, os candidatos trocam de partidos da noite para o dia, cercam de alianças com todo tipo de legendas, barganham cargos administrativos, favorecem contratos de empreiteiros e compram eleitores com promessas de emprego, comida e melhorias de vida.

O PT para chegar ao poder do Estado precisou utilizar dos mesmos mecanismos dos partidos burgueses. Correu atrás do poder econômico, usou a máquina administrativa, trocou apoio por cargos e iludiu as massas com promessas eleitoreiras.

O PT/Marta compareceu coligado com o PTB de Roberto Jefferson, aliado de Fernando Collor e inimigo do PT na época



da impeachment. Denúncias dizem que nessa aliança esteve em jogo nada menos do que 10 milhões de reais distribuídos para os deputados federais do PTB para a campanha eleitoral em seus redutos, cargos na superintendência do INSS de São Paulo e Goiânia em troca do apoio a candidatos do PT em cinco capitais. Mais próximo das eleições, o PTB reclamou que o PT não estava cumprindo tudo o que havia acordado. Isso só vem a comprovar que as coligações têm por detrás os acordos políticos-econômicos e que o PT não foge à regra.

No segundo turno, determinados apoios ficam nos bastidores, em função de escândalos que poderiam causar no eleitorado mais fiel ao petismo. Mal terminaram as apurações, os caciques do PT correram atrás do PP de Paulo Maluf, do PSB de Erundina, do PHS de Francisco Rossi, do PV de Penna e de outros partidos menores. Por detrás das críticas amenas feitas por Maluf à gestão de Marta na prefeitura, estavam os acordos velados em torno da ligação de Maluf com a CPI do Baneestado. O apoio do PP/Maluf, que obteve mais de 700 mil votos, tornou-se fundamental para o PT desbancar Serra. Ganhar os votos do PMDB, que estava coligado com o PSB de Erundina, é essencial nas contas do PT, porque significa cerca de 240 mil eleitores. Os votos das Igreja Evangélicas são disputados tanto por Serra quanto por Marta. A Igreja Renascer deu seu apoio a Marta, já no primeiro turno. Historicamente, setores da Igreja Católica, vinculados ao movimentos sociais, sempre se posicionaram pelo PT.

O fundamental desse jogo de alianças e apoios é o de mostrar o grau de apodrecimento da política do reformismo petista. Para administrar o Estado, em todas suas esferas, foi obrigado a se submeter à ordem burguesa, que tem como pilastro a corrupção econômica e política. O crescimento eleitoral do petismo se deu na medida em que foi se integrando a essa ordem e se submetendo à linha pró-imperialista da administração do Estado.

promissos com o capital financeiro, o favorecimento das empreiteiras, empresas de transporte e lixo, a realização de negociatas de todo tipo, o acobertamento e envolvimento na corrupção, as políticas de cortes de investimentos sociais e arrocho salarial do funcionalismo. Constituíram governos amplamente favoráveis aos capitalistas, que não vacilaram em apoiar materialmente sua reeleição.

O uso do aparato administrativo em larga escala, as campanhas milionárias e a contratação de bocas de urna pagos expressam o aburguesamento do PT, que pretende se firmar como partido que expresse setores da burguesia nacional. Se sua corrente majoritária trabalha conscientemente nessa direção, as correntes de esquerda que a acompanham vão se deformando e assumindo as práticas da politicagem burguesa. As alianças com os partidos burgueses, antes rejeitadas, vão sendo assumidas. As políticas neoliberais, antes criticadas, vão se tornando peças de programa de governo.

As campanhas das esquerdas

As campanhas das correntes de esquerda, como PSTU e PCO, não expressaram um pólo de independência de classe.

O PSTU, fracassado em sua tentativa de se unir ao novo partido com as correntes de esquerda que foram expulsas do PT, apresentou-se radicalizado. Para se colocar à esquerda do P-Sol, para se apoiar nos movimentos grevistas e canalizá-los eleitoralmente e para se mostrar em oposição ao governo do PT/Lula, que ajudou a eleger, o PSTU realizou uma campanha em que dizia que o voto não resolve os problemas dos trabalhadores e sim a luta. Abriu o espaço de seus programas televisivos

para a divulgação das greves de judiciários e bancários. Criticou os governos petistas e caracterizou o PT/Lula de traidor. Teve seu programa cassado algumas vezes por denúncias contra os políticos burgueses.

Se disse que o voto não resolve, omitiu o que é que de fato resolve. A democracia burguesa não foi atacada enquanto elemento da ditadura de classe dos exploradores. O PSTU não defenderia na TV a revolução e ditadura proletárias, porque não é sua estratégia. Mas nem mesmo seu "governo dos trabalhadores" e sua "frente classista" foram defendidos. Ao contrário, a bandeira de que o voto não resolve apareceu juntamente com as promessas de criar conselhos populares a partir da prefeitura (ignorando que as autênticas organizações de poder das massas são criatura dos movimentos e não obra de administrações do Estado), aplicar a devida verba à saúde (como se a defesa dos serviços públicos se fizesse a partir da eleição de bons governantes), implantar o passe livre nos transportes (não defender o transporte estatal sob controle operário) etc.

O PSTU não expressou a independência de classe de um setor do movimento de massas nas eleições. Votar no PSTU significava concretamente fortalecer sua política centrista.

O PCO compareceu com uma campanha voltada às minorias e com bandeiras despolitizadas (não vote em madame, contra a Martaxa etc.). Colocou-se assim numa posição mais atrasada que a do PSTU.

Voto Nulo Programático

Diante da vigência de ilusões democráticas nas massas, o POR teve de atuar nas eleições com a defesa do voto nulo pro-

Votos nulos, brancos e abstenções

De um total de 7.771.503 eleitores, não compareceram às urnas 1.123.438; votaram em branco 146.512 e anularam o voto 280.918. O que chama atenção é o grande número de abstenções diante de uma legislação que impõe o voto obrigatório. Certamente, a maioria que não compareceu às urnas se deve ao contingente de trabalhadores e jovens desempregados ou em condições de penúria.

Dizemos isso porque os trabalhadores e a juventude são arrastados pela propaganda demagógica de que a eleição representa a democracia. Todos os partidos enaltecem as eleições e iludem as massas com as possibilidades de mudanças pela via do voto. Escondem as raízes da democracia, que se encontram na base material da sociedade. Na sociedade capitalista, a democracia é da classe que detém o poder econômico. A escolha deste ou daquele partido, desse ou daquele candidato não modifica a essência da democracia burguesa, que é a de assegurar o seu regime econômico.

As ilusões democráticas só serão superadas com o crescimento e com a penetração do programa revolucionário no seio das massas, em particular na classe operária. Para isso, é fundamental a construção do partido-programa, que tem como estratégia a revolução e ditadura proletárias. As experiências com os partidos burgueses ou reformistas não conduzem por si só à quebra das ilusões na democracia do voto. A elevação da consciência política e a negação da democracia burguesa só serão possíveis por meio do partido revolucionário. Enquanto não se pôr em pé um forte partido proletário, a maioria dos votos nulo, branco e abstenções não expressa o rechaço aos mecanismos da democracia representativa.

O Partido Operário Revolucionário, ao defender o voto nulo programático, trabalha no sentido da construção do partido marxista-leninista-trotskista. Apóia-se nas reivindicações das massas e no método da luta de classe para defender a estratégia da revolução proletária.

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista.

Discuta nosso programa.

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

gramático, ou seja, voto nulo em defesa da construção do partido operário revolucionário. A atuação com candidaturas que expressassem o programa da revolução e ditadura proletárias e denunciasses a democracia burguesa estava colocada pela situação. Mas essas candidaturas só seriam tal se fossem uma imposição dos movimentos à burguesia, jamais a submissão do partido revolucionário à legislação antidemocrática.

O crescimento das abstenções e a existência de uma parcela significativa de votos nulos e brancos expressou a desconfiança

de um setor das massas com a politicagem burguesa. A atuação do partido revolucionário nas eleições deve potencializar essa desconfiança, na direção do rompimento das ilusões democráticas das massas. Este depende de que, pela sua própria experiência, as massas vão deixando de lado suas esperanças nas instituições burguesas e vão tomando para si a resolução dos problemas através da ação direta. A defesa do programa da revolução e ditadura proletárias ajuda as massas a caminharem nessa direção.

Crítica oportunista do PSTU ao voto nulo

O PSTU sonhava potencializar-se com a cisão de uma ala esquerda do PT, que acabou constituindo um novo partido – o P-Sol. O Jornal Opinião Socialista chegou a fazer rasgados elogios a Heloisa Helena pelo fato desta criticar posições do PT e votar contra o governo Lula, como no caso da escolha do Presidente do Banco Central e da Reforma da Previdência. Evidenciou claras intenções de atrair os reformistas descontentes para formar conjuntamente um novo partido.

O fato de não demonstrar que se tratava de uma oposição no campo reformista e posição oportunista de parlamentares, como Heloisa Helena, Babá, Luciana Genro, e intelectuais social-democratas indicou mais uma vez a concepção dos dirigentes do PSTU de partido centrista e de esquerda eleitoral radical. Dizemos mais uma vez porque há vários precedentes na trajetória que levou a formação do atual PSTU.

O grupo originário desse partido vem do morenismo, ou seja, do revisionismo do trotskismo pelo líder, já falecido, Mahuel Moreno. Este desenvolveu a tese de que no movimento social há uma tendência trotsquizante, que deve ser atraída para a construção do partido, bastando para isso um acordo sobre um programa mínimo. Foi assim que os morenistas passaram a fazer campanhas em torno de um partido socialista, que não se assentasse sobre o Programa de Transição da IV Internacional e todo legado da Oposição de Esquerda e dos Quatro Primeiros Congressos da Internacional Comunista. Assim que a ditadura militar se desintegrou e a burguesia retomou o funcionamento de sua democracia, os morenistas procuraram constituir um partido dessa natureza, procurando atrair os setores ditos socialistas – lembramos que se chegou a fazer um chamado ao político burguês Almino Alfonso – daí o nome de “Convergência Socialista”, que substituiu a Liga Comunista. Essa política provocou uma cisão na Liga, em que setores acusaram a posição majoritária de se afastar do leninismo-trotskismo.

É importante lembrar essa origem, porque o PSTU é o resultado de fusões oportunistas, de forma que até hoje esse partido não tem uma clara definição programática e não aplica o Programa de Transição. A sua exclusão do PT não evitou que chamasse o voto para a vitória da candidatura Lula. Finalmente, trabalhou o quanto pôde para cootir a cisão Heloisa Helena, Babá e Luciana Genro, mas foi preterido. Vem usando a tática, denominada alternativa de esquerda, constituindo frentes oportunistas nos sindicatos e movimentos, como é o caso da Oposição Alternativa e agora a Conlutas, que se propõe a aventura esquerdista de se desfiliar os sindicatos da

CUT e formar uma nova Central.

É com essa política que o PSTU acusa o chamamento do voto nulo nas eleições municipais de “reforçar os partidos burgueses”. A acusação é estritamente dirigida ao P-Sol, que em alguns municípios levanta a bandeira do voto nulo. O PSTU evita discutir outras posições sobre o voto nulo e coloca todos na mesma condição do P-Sol.

No entanto, o voto nulo do P-Sol se caracteriza pelo oportunismo eleitoral. Não por acaso, apóia candidaturas em municípios em que é possível praticar a política eleitoral de aproximação de partidos, que lhe darão alguma benesse no futuro. O PSTU dá os exemplos de apoio do P-Sol ao PPS em Maceió e a própria Heloisa Helena sofre a denúncia de se empenhar na candidatura estalinista do PCdoB no Rio de Janeiro.

Como se vê, o voto nulo do P-Sol reflete apenas uma falta de opção para seus objetivos de partido integrado à democracia capitalista e às jogatinas eleitorais. O PSTU passa longe desta explicação, denunciando o voto do P-Sol em partidos da ordem capitalista e o voto nulo, a exemplo de São Paulo, como se fossem duas condutas distintas e separadas. A crítica do PSTU ao voto nulo expressa sua campanha para trazer o P-Sol para seu lado.

A defesa do voto nulo programático do POR é revolucionária

O Partido Operário Revolucionário chama o voto nulo pelo fato das correntes de esquerda - PSTU e PCO – se acharem adaptadas à democracia eleitoral e à legislação antidemocrática, que impedem a livre manifestação de um partido revolucionário. Trata-se de uma posição tática necessária para defender a independência de classe dos trabalhadores e a construção do partido que tem o programa e a estratégia da revolução e ditadura proletárias.

O PSTU em momento algum se preocupou em convocar as correntes que se reivindicam da revolução socialista a discutir a atuação nas eleições. Esteve voltado a atrair correntes de esquerda do PT e a cisão que deu origem ao P-Sol. O PCO compareceu apenas como uma sigla de esquerda. Chamar o voto numa dessas correntes é trabalhar pelo fortalecimento do oportunismo centrista.

A defesa do voto nulo programático tem por objetivo convocar a vanguarda a construir o partido operário revolucionário e rejeitar o caminho da esquerda oportunista.

Oportunismo e confusão

A corrente Estratégia Revolucionária, ligada ao PTS da Argentina, compareceu às eleições de 2004 defendendo o voto crítico no PSTU, e com a bandeira de "por um partido operário independente controlado pelos sindicatos".

A primeira coisa que chama a atenção é a mudança em relação a 2002, quando defenderam o voto indistinto no PCO e PSTU, liberando o voto de sua militância. O que mudou de 2002 para cá para que o voto no PCO não fosse mais uma possibilidade de "intervenção independente" nas eleições?

O argumento de que o PSTU expressa hoje a independência de classe não se sustenta. Não tem influência eleitoral sobre uma parcela significativa das massas e não expressa a independência de classe, o que só é possível pela política do partido revolucionário. A defesa do voto num partido centrista ou reformista só se justifica em condições muito restritas (influência do partido sobre as massas ou parte expressiva delas, contradição concreta com a política burguesa, possibilida-

de de defesa do programa da revolução e ditadura proletárias), do contrário constitui um passo oposto à independência de classe.

Quanto ao partido independente controlado pelos sindicatos, é a negação do partido revolucionário, partido programa. Os sindicatos, na época do imperialismo, ou se colocam pela destruição do capitalismo (o que só é possível pela influência do partido revolucionário sobre eles), ou são instrumentos de conciliação e bloqueio da luta de classes (segundo Trotsky, assumem caráter reacionário). Um tal partido controlado pelos sindicatos seria, pois, um partido controlado pela burocracia sindical, portanto um partido de programa e política reformistas, não teria nada de independente.

A negação da construção do partido revolucionário a partir do programa e sua substituição por atalhos que levam ao caminho oposto é própria das correntes centristas, que são na prática um obstáculo à construção do partido revolucionário.

Greve dos judiciários – 91 dias Greve dos bancários – a mais longa

É preciso unir os trabalhadores numa só luta

O movimento dos judiciários foi heróico. Os bancários conseguiram um alto índice de paralisação, quando a greve dos judiciários foi interrompida por ação da própria direção do movimento. Colocava-se a urgência da unidade grevista contra as medidas repressivas.

Evidenciou-se a necessidade da bandeira de quebra da política de arrocho salarial e desemprego. Dizemos política de arrocho porque o Estado, os governos e o patronato estão unidos em torno do mesmo objetivo de não repor integralmente as perdas, não permitir recomposição do esmagamento salarial de anos seguidos e sustentar a linha de quebra de direitos.

Há uma orientação centralizada, que vem do governo federal, passa pelos estaduais e chega aos municipais, de que é preciso manter a política econômica, ditada pelos credores internacionais e pelos banqueiros nacionais, e de descarregar seus custos sobre a maioria trabalhadora. A palavra de ordem dos



capitalistas é de aumentar a taxa de exploração e de seu Estado reduzir gastos que não favoreçam os banqueiros e as grandes corporações industriais.

Os sindicatos dos bancários mostram que só as tarifas de serviços pagam os salários. Não por acaso, os banqueiros têm um mega-retorno sobre seu capital.

O Tribunal Regional do Trabalho acaba de determinar que 60% dos grevistas têm de voltar às atividades. É uma medida de quebra da greve e proteção dos banqueiros. E o que fez o Tribunal de Justiça de São Paulo contra a greve

dos judiciários? Decretou punições e ameaçou abrir um processo de demissão.

A OAB-SP juntou-se às Associações e Federações patronais para protestar contra as greves – trouxe-nos à lembrança a ação dos integralistas. Chegou-se a exigir intervenção federal. Esses acontecimentos vêm comprovar mais uma vez que não há direito de greve. Só há direito do Estado e do patronato expropriarem parte dos salários e destruírem

conquistas trabalhistas. A ditadura burguesa contra os trabalhadores, sob o manto da democracia dos exploradores, está exposta a olhos vistos.

A burocracia sindical tem se adaptado a essa democracia, baixando a cabeça diante da monstruosa lei-antigreve. A OAB-SP – dita democrática – pretende ir mais a fundo contra os judiciários, propondo mais restrições legais, base para a repressão contra os grevistas.

É preciso unir os movimentos contra a política de esmagamento salarial e travar a luta pelo direito de greve.

Ceará Mirim (RN)

Prefeita Ednólia Melo persegue dirigente sindicais

Publicamos abaixo boletins de denúncia à perseguição política em Ceará Mirim. Cabe fazer campanha de denúncia, exigir o fim da perseguição e apoiar política e materialmente os companheiros perseguidos.

Em nome da verdade e contra as difamações de Ednólia Melo

A prefeita continua sua repressão aos coordenadores do SINTE, agora com a política de difamação. Repudiamos essa postura, que só confirma ainda sua fúria contra os que denunciam seus desmandos.

Através de seus "cabos eleitorais" tenta desenvolver a idéia de que a educação em Ceará Mirim está "as mil maravilhas" e que quem não recebe os salários são os coordenadores do SINTE que não trabalham.

Diante disso, é importante que os trabalhadores questionem a prefeita:

Por que não demite os coordenadores que há 11 meses "abandonaram o emprego"?

Por que a prefeitura fez acordos (inclusive assinados) para o pagamento dos salá-

rios se eles não têm direito?

Por que não abriu um inquérito administrativo para que eles apresentem a defesa?

Companheiros! Essa difamação é a campanha mais sórdida e vil que a prefeita encontrou para tentar esconder o caos na educação e sua postura truculenta. O SINTE esclarece que os coordenadores têm o direito a disponibilidade sindical, direito esse conquistado nacionalmente e garantido no Estatuto do Servidor, não seria nenhum favor que a prefeita estaria fazendo se respeitasse o direito de organização sindical. Por isso, mantemos nossas denúncias e a luta em defesa da educação pública e

gratuita, defendendo que o dinheiro da educação seja usado em benefício da comunidade escolar e não como moeda eleitoral. Nesse sentido, estamos esclarecendo aos companheiros a deliberação da assembleia:

Campanha de arrecadação de alimentos nas escolas, principalmente leite para as crianças, em solidariedade aos companheiros que estão com os salários suspensos;

Greve de fome a partir de Quarta-feira, pelo pagamento dos salários,

Todos ao ato público, quarta-feira 15/09 às 09:00 h na Praça do Melado

SINTE • REGIONAL DE CEARÁ MIRIM.

Quem será a próxima vítima da Prefeita Edinólia?

A cidade inteira já tomou conhecimento de que a prefeita Edinólia Melo está devendo onze meses de salário aos professores João Fernandes e Francenilda, eleitos e amparados por lei para dirigirem a Regional do SINTE de Ceará-Mirim.

Essa atitude arbitrária e absurda tem o claro interesse de acabar com a oposição que o SINTE faz a sua administração, quando denuncia o caos nas escolas, o fechamento de creches, o rebaixamento salarial, a má utilização dos recursos do FUNDEF, entre outros.

Tirar os salários destes professores é um ato de covardia, pois está levando três crianças inocentes (seus filhos), inclusive uma

de sete meses, doente e precisando de tratamento especializado, a passarem fome.

Nós, professores, repudiamos essa atitude da prefeita e convocamos os demais trabalhadores em educação de C. Mirim e população em geral, a participarem dessa luta, pois a PRÓXIMA VÍTIMA DE EDNÓLIA PODERÁ SER VOCÊ.

Como ajudar Nessa Campanha?

Fazendo-se presente ao ato público, nesta quarta-feira, às 9h00, de frente à Prefeitura e doando alimentos, principalmente leite, para saciar a fome dos filhos destes colegas trabalhadores em educação;

Tirando dez ou mais cópias desta carta e divulgando para outras pessoas;

A FÚRIA DE EDINÓLIA

rios desses companheiros há 11 meses.

Suspensão dos salários é um atentado à vida de 03 crianças

Os trabalhadores em educação de Ceará-Mirim construíram ao longo de muitas lutas uma história em defesa do ensino público e gratuito. O SINTE tem denunciado o caos nas escolas o fechamento de creches, o rebaixamento salarial a má utilização nos recursos do Fundef, etc.

Não tendo como justificar essas denúncias, a prefeita Ednólia Melo desfecha repressão contra os que não se submetem a ela. Quem não lembra do fechamento da escola de Manguari? E os processos judiciais contra os que denunciaram as irregularidades na educação? No entanto, a prefeita não acha suficiente o veto às liberdades democráticas e, além de tentar processar criminalmente os coordenadores do SINTE, suspende os salá-

rios desses companheiros há 11 meses. O sequestro dos salários desses companheiros é expressão do mais brutal autoritarismo de uma senhora que passou todo o seu governo usando o discurso de que não é política, da mulher e boa mãe, e de que é democrática. Que democracia é essa que quando os trabalhadores denunciam os desmandos na educação têm seus salários suspensos? Depois de assinar dois acordos para a devolução dos salários, a prefeita recua e mantém a lei da repressão e massacre. Nem Hitler foi tão violento e covarde

Colocando essa mensagem na Internet (caso tenha computador), para que o mundo saiba que as idéias nazistas ainda sobrevivem em C. Mirim, através das atitudes da prefeita Edinólia Melo.

Participe dessa campanha em defesa do SINTE - Regional de C. Mirim, exigindo o pagamento imediato dos salários dos nossos colegas / professores que sempre estiveram atentos às lutas pela garantia dos nossos direitos.

Assinam esta nota professores:
E. E. Enéas Cavalcante – E. E. Mosenhor Celso Cicco – E. M. Augusto Meira – Grêmio Estudantil do I. U. B. M.. – Comitê Estudantil de Ceará Mirim

nas suas perseguições políticas.

Pois bem companheiros, a suspensão de salários é um atentado a vida dos filhos desses professores que inclusive têm um filho de 07 meses que esteve internado com uma bactéria na cabeça e hoje precisa dar continuidade ao tratamento e não está sendo possível diante dessa arbitrariedade de suspender os salários.

Chamamos todos os trabalhadores e população a repudiar essa atitude nazista para que não se estenda contra outros que queiram se opor à DITADURA de Ednólia.

Exigimos o imediato pagamento dos salários! Em defesa das liberdades democráticas! Fim dos processos criminais!

SINTE - REGIONAL C. MIRIM

Ceará Mirim (RN)

Crise capitalista condena trabalhadores à miséria

O capitalismo tem submetido milhões de famílias às condições cada vez mais de miséria, desemprego e fome.

A população de Ceará-Mirim (RN) é sustentada em grande escala pelas pequenas agriculturas, que abastecem o município enfrentando muitas dificuldades, que muitas vezes tem de comprar mercadorias na capital para manter o mísero sustento da família. Porém, comprar mercadoria e ter de pagar impostos fizeram com que um grupo de pequenos

comerciantes, pequenos agricultores e desempregados decidissem enfrentar os latifundiários. No ano de 2000 ocuparam a Fazenda São João.

Na Fazenda, que tem uma grande extensão de terra, funcionava antes uma usina, que foi suplantada por grupos oligárquicos e com ligações com o capital financeiro. Mesmo funcionando nas condições precárias, com a utilização do trabalho infantil e mão de obra quase escrava, o fazendeiro resiste à entrega de

sua propriedade.

Os trabalhadores e camponeses sem-terra não têm outra saída senão enfrentar os latifundiários, ocupando as terras e exigindo a entrega delas. A luta pelo emprego, salário, terra aos camponeses pobres, fim do trabalho escravo e exploração infantil unifica os sem-terra, os pequenos comerciantes e agricultores e a juventude que padece do desemprego no combate à classe capitalista.

Professores SP:

De um lado os governadores e prefeitos, de outro os empresários do ensino e por cima o Banco Mundial impõem ao governo PT/Lula a continuidade da reforma educacional de FHC

O Ministério da Educação segue a linha diretiva da reforma educacional e se submete às pressões internas e externas. Assim, o Fundef será substituído pelo Fundeb para atender as exigências de governadores, que reclamam a falta de recursos para a manutenção do ensino médio. A inclusão do ensino infantil atende, em parte, os pedidos dos prefeitos, que dizem não ter verbas para o seu sustento. Dizemos em parte porque os municípios não querem que impostos específicos sejam computados para a composição do Fundeb e pretendem que as creches sejam também incluídas.

O Consed (Conselho Nacional de Secretários da Educação) aprovou a redução do montante a ser investido na educação, de 25% para 20%, eliminando gastos com as Universidades.

Os empresários da educação querem mais privilégios com a compra de vagas ociosas e não aceitam os critérios de fiscalização governamentais.

O Banco Mundial, que foi "convidado" pelo governo para fazer parte das discussões sobre a Reforma Universitária, dá o conteúdo, que é a abertura do ensino superior para investimentos externos e internos privados e a prioridade do governo no custeio da educação primária, treinar e avaliar os professores.

Estão aí os interessados na reforma do ensino, que ampliará a educação mercantilizada.

Uma reforma para viabilizar os acordos com o capital financeiro

O governo Lula, ao aceitar as diretrizes do FMI, colocou-se na mesma rota dos governos anteriores, que é de corte de gastos com os serviços essenciais, em particular a educação. Duas medidas servem de exemplo: 1) Aceitação do superávit primário, hoje em 4,5% do PIB; 2) Manutenção da DRU (Desvinculação da destinação de receitas para a saúde e educação). Essa medida, válida até 2007, desobriga o governo aplicar 18% dos impostos destinados à educação, porque permite a retirada de 20% do total arrecadado para aplicação em outros setores, inclusive na composição do superávit primário.

Mas há uma terceira em andamento: a aprovação da "Parceria Público-Privada", exigida pelos credores internacionais, que legaliza a relação entre o capital financeiro privado e as universidades públicas. O embrião das PPPs está se dando por meio das "fundações", que favorecem as empresas privadas que usam laboratórios, salas de aula, professores e estudantes das universidades públicas.

O "Programa Universidade para Todos", que compra vagas das escolas privadas, atende essa orientação de favorecimento do privado em detrimento do público.

As direções sindicais e estudantis não se opõem integralmente à reforma educacional

Nem a direção da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação (CNTE), nem da Apeoesp, nem da CUT e nem das entidades estudantis estão contra a totalidade da reforma educacional apresentada pelo governo. Divergem de aspectos da reforma, como os recursos para o Fundeb, critérios de cotas para o ProUni etc, mas não discordam da essência da reforma, que é privatista. Por isso, não se dispõem a organizar os trabalhadores e estudantes para derrubar a reforma educacional. Ao contrário, alimentam ilusões de que é possível modificá-la por meio da pressão parlamentar. Isso quando as experiências têm comprovado que o Parlamento está a serviço da aprovação de reformas neoliberais.

Nossa posição

A Corrente Proletária na Educação denuncia o colaboracionismo dessas direções e chama os professores e estudantes a rechaçarem a reforma educacional do governo/Banco Mundial. Para isso, defende a convocação de uma assembleia para que os professores coletivamente possam se posicionar contra mais esse ataque sobre a escola pública e os empregos.

Somente a mobilização direta e coletiva poderá barrar a reforma educacional do governo Lula e Alckmin. Em defesa de um único sistema de ensino, público, gratuito, laico em todos os níveis para todos e vinculado à produção social.

Como foi o Congresso de Estudantes da USP

O 8º Congresso de Estudantes da USP, realizado de 16 a 19 e 25 de setembro, contou com 198 delegados inscritos, dos quais cerca de 130 participaram ativamente das discussões nos grupos e nas plenárias de 18 e 19 de setembro, e cerca de 100 na plenária de 25/09. Estes números expressam um congresso minoritário entre os estudantes, bem diferente do Congresso de 2000, com cerca de 400 delegados, eleitos na proporção de 100 estudantes matriculados para cada delegado, enquanto este contava com uma relação de 50 para 1. Numericamente, o Congresso de 2004 se aproximou do de 2002, que tinha algumas poucas dezenas de delegados eleitos na proporção de 100 para um. Na prática, participaram do Congresso os diretores do DCE e CAs, e nem todos. Poucos estudantes de base puderam discutir e decidir as diretrizes mais gerais do movimento estudantil na USP para os próximos dois anos. A razão está na adaptação do Congresso às necessidades de disputa eleitoral das correntes que dirigem o ME, na maioria da esquerda petista, mais o P-Sol e PSTU. Por causa da greve, o Congresso tinha de ser adiado, mas não podia atrapalhar as campanhas e boca-de-urna da disputa eleitoral municipal. Realizou-se na primeira semana de aula das unidades em que houve greve, mais mobilizadas, e por isso a eleição de delegados não pôde ser bem feita, ao contrário das unidades em que não houve greve. Assim, a delegação do Congresso continha uma desigualdade na sua composição, em favor das unidades de menor mobilização.

A primeira polêmica: voto dos delegados ou aberto a todos?

Logo na abertura do Congresso, se colocou uma questão: quem votariam seriam os delegados ou o Congresso seria aberto a todos?

A Corrente Proletária defendeu que o voto fosse dos delegados, porque um Congresso expressa a elaboração coletiva do programa para o movimento estudantil, o que implica numa discussão qualificada e na expressão proporcional de todas as correntes de pensamento do movimento a partir de sua atuação de

base. A eleição de delegados é feita a partir da defesa de propostas e da prática coletiva nas unidades, e é submetida ao crivo da votação pelos estudantes. O delegado eleito discute e vota a partir desse trabalho preparatório coletivo e do compromisso assumido publicamente com os colegas. A votação por delegados condiciona as decisões às relações concretas estabelecidas em todos os campi da USP, não permitindo que a localização dos trabalhos do Congresso seja decisiva nas decisões tomadas. Outra coisa é a atuação da direção do movimento (DCE e CAs) que não se empenharam na preparação do Congresso e o submeteram ao calendário eleitoral, o que restringiu a participação geral e principalmente das unidades mais mobilizadas. Por isso, a Corrente Proletária defendeu a convocação de um congresso extraordinário desde a eleição de seus delegados nas unidades.

Os pseudo-anarquistas defendem o voto individual e a não-representação. Pretendem assim retirar qualquer compromisso coletivo sobre as propostas apresentadas e as decisões acerca delas. O individualismo, próprio da pequena-burguesia, é tingido de anarco, e o separa do anarquismo operário, que chegou inclusive a organizar os primeiros congressos operários (com delegações) no Brasil. Uma corrente que se reivindica do trotskismo, ER-QI, juntou-se aos anarcos para reivindicar o voto individual, sob a justificativa do Congresso esvaziado, sem que houvesse nenhuma possibilidade sequer de comunicar amplamente aos estudantes para que pudessem efetivamente participar do Congresso. Ao invés de travarem a luta política para aproximar os pseudo-anarcos de suas posições, assumiram as posições pseudo-anárquicas para se aproximar deles. Caberia responder aos estudantes que os elegeram se foram avisados de que seus delegados defenderiam o voto individual e se absteriam de todas as votações no Congresso.

O enfraquecimento da direita

As polarizações nos Congressos da USP envolvem geralmente três blocos: direita, reformismo/centrismo e Cor-

rente Proletária (POR). Essa polarização se reflete nas propostas apresentadas e nas defesas em plenária. Este ano, as posições mais conservadoras dos estudantes se concentraram numa parcela da bancada da faculdade de Direito, desguarnecida de suas aliadas tradicionais, partes das bancadas da Escola Politécnica e da Faculdade de Economia e Administração. Esses setores se expressam no pseudo-apartidarismo, na defesa do capitalismo, na concepção de universidade elitista (para os melhores), na defesa do poder da burocracia universitária, em posições semi-privatistas e até em posições políticas fascistóides (proibição de bancas de partidos e correntes nos Congressos).

No Congresso de 2000, uma grande bancada de direita obrigou a uma frente da esquerda, que aprovou resoluções bem avançadas (a maioria ignorada pela então direção do DCE). Em 2002, conseguiram retirar do movimento as bandeiras avançadas e impuseram concepções reacionárias, ainda que contraditórias com outras aprovadas. A pequenez do setor mais conservador o marginalizou neste Congresso, e as polarizações se deslocaram mais para as disputas entre as posições reformistas/centristas e revolucionária.

Uma decisão chave: a rejeição do socialismo

A primeira votação do Congresso foi estratégica e definiu todas as demais votações importantes. A Corrente Proletária apresentou desde os grupos de discussão uma resolução de defesa do socialismo como objetivo estratégico do movimento estudantil, sem a qual não haveria solução plena dos problemas da universidade:

“O ME da USP reconhece que a satisfação plena das reivindicações estudantis depende da luta pelo fim do capitalismo e construção revolucionária do socialismo. Cada luta pelas reivindicações mais sentidas pelos estudantes os coloca em oposição ao modo de produção baseado na exploração do trabalho assalariado e ressalta a necessidade de unidade com os movimentos sociais dos explorados contra os exploradores.”

A votação das esquerdas, que rejeita-

ram o socialismo até em palavras, mostra o conteúdo real de suas políticas e define sua concepção de sociedade e universidade. Só são socialistas em casa diante do espelho. Se é preciso reconhecerem a necessidade do socialismo diante dos estudantes, então não querem. A renúncia do socialismo não tem nada de tática ou de adequação de discurso. Condiciona fortemente a prática, como se vê pelas decisões seguintes.

A esquerda limpa a barra do governo Lula

Em todas as votações, o bloco esquerdista, P-Sol (MTL) e PSTU se colocou unido para retirar a responsabilidade do governo Lula sobre a política econômica e as medidas de destruição e privatização do ensino público. Só se aprovavam resoluções que não caracterizassem o governo e o responsabilizassem.

A CPE defendeu: *“O governo Lula é antinacional e antipopular, de traição às massas. Os estudantes têm de combater suas reformas neoliberais no seu conjunto (sindical e trabalhista), dentre elas a Reforma Universitária, que têm como essência o sucateamento e privatização da universidade pública e o fortalecimento do ensino privado.”*

Essa resolução foi aprovada com uma emenda que retirou a caracterização do governo, anulando-a. A resistência das esquerdas em caracterizar o governo do PT/Lula e apontá-lo como inimigo da educação pública e gratuita decorre de seu compromisso em sustentá-lo. O movimento estudantil foi colocado assim limitado a agir em função dos interesses aparelhistas e eleitoreiros das correntes que participam ou apóiam o governo.

Uma universidade elitista

As correntes de esquerda aprovaram entre outros pontos, a concepção de uma universidade socialmente referenciada (portanto de classe, estranha ao e separada do proletariado, e com a preponderância do capital através do ensino pago), submetida à avaliação externa (quebra a autonomia), com cotas (que não se contrapõem à exclusão da maioria ao ensino superior), com uma estrutura de poder paritária (preserva o poder da burocracia universitária e aumenta a participação de estudantes e funcionários na atual estrutura), com cargos eleitos com voto paritário e não universal (maior peso aos professores e à burocracia nas decisões), fragmentada em ensino, pesquisa e extensão (e não

que luta pela unidade entre teoria e prática, separadas por imposição do capitalismo).

Essa universidade é a de classe, elitista. Ao contrário disso, cabe defender a real autonomia universitária (que só pode se dar com soberania das assembleias gerais universitárias e governo tripartite subordinado a elas), o fim dos vestibulares e o livre acesso (implica a estatização sem indenização da rede privada e sua direção pelos que estudam e trabalham), a destruição da burocracia universitária e implantação do poder estudantil (com o livre acesso, significa que os trabalhadores que sustentam a universidade a integrarão e decidirão seus rumos, transformando-a profundamente e eliminando a separação teoria e prática). Essas medidas levariam o movimento estudantil ao choque aberto com os capitalistas e os governos, e a se aliarem aos explorados na luta pela revolução e socialismo. Sob a direção do reformismo, o ME não será capaz de defender de forma consequente a democracia universitária e a universidade pública e gratuita para todos. A construção de uma direção revolucionária a partir da luta e do programa proletário é que poderá colocar os estudantes ao lado dos explorados na luta pela satisfação plena de suas necessidades.

Especial Encontro Estadual de Estudantes Contra a Reforma Universitária Paraná/Setembro de 2004

Publicamos abaixo manifesto da Corrente Proletária da Educação distribuído:

Contra a Reforma Universitária do PT/Lula

A reforma proposta pelo governo do PT, ao contrário de ser uma resposta à necessidade de ampliar o acesso do ensino superior à grande massa da juventude trabalhadora, segue as orientações do Banco Mundial de multiplicar as universidades particulares e privatizar as públicas. Trata-se de um conjunto de medidas que visa favorecer o ensino pago em detrimento do público e cortar gastos estatais no ensino superior. Algumas características desta “reforma” são: O ensino superior pode ser ministrado por instituições públicas ou privadas, cabendo ao Estado cuidar pela “inclusão social”, subsidiando as escolas particulares mediante medidas como o recentemente

implantado programa “Universidade para Todos” pelo qual o Estado garante os lucros das instituições particulares; autonomia de gestão financeira, ou seja, dar liberdade para que as universidades captem recursos junto ao mercado, colocando as mesmas sob o comando das necessidades do capital e isentando o Estado da responsabilidade de financiar o ensino superior; regulamentação de funcionamento das “fundações de apoio” mecanismo já existente mediante o qual se privatiza a universidade pública; política de cotas nas universidades públicas sem ampliação de vagas; manutenção do mecanismo de avaliação das universidades pelo Estado como mecanismo de re-

arranjar a distribuição de recursos em benefício das particulares.

Esta proposta nada tem a ver com a bandeira tantas vezes empunhada pelos movimentos estudantis de toda América Latina desde o movimento de Córdoba em 1918. No Brasil, esta bandeira havia sido levantada pelos estudantes contra o acordo MEC/USAID, e certamente tinha um claro sentido antiimperialista, completamente diferente desta que o Governo Lula agora apresenta, e que traduz a subordinação do governo ao imperialismo. Uma reforma progressiva teria que garantir o ensino público a todos, que só pode ser realizado com a estatização sem indenização de toda a rede

particular de ensino sob controle dos que nela trabalham e estudam. Esta aliás, foi uma das teses aprovadas pelo III ENEP realizado em Londrina no ano de 2003 e que significa que enquanto existirem faculdades pagas as públicas serão sucateadas para garantir a clientela das particulares. A constituição de um sistema único de ensino, que exclui o ensino pago, é condição para garantir o direito democrático de acesso ao ensino superior para todos. Esta reivindicação democrática, contudo, não poderá ser implementada pela burguesia decadente, pois teria que se chocar contra o imperialismo. Por esta razão, tratase de uma bandeira que deve ser assumida pela classe operária como forma de arrastar a pequena-burguesia universitária para a sua política revolucionária.

A UNE dirigida pela corrente UJS (PC

do B) tem defendido uma "Reforma Universitária com democracia e por soberania", ou seja, defendem a reforma do governo Lula com algumas alterações. Outras propostas também tem sido feitas por reitores, associações de docentes e correntes do PT. Todas elas, no entanto se limitam a remendar as iniciativas privatizantes da reforma proposta. Por esse motivo, não é possível chamar os estudantes a se mobilizarem para fazer adendos cosméticos mantendo a essência da reforma do governo, mas se colocar claramente contra a reforma em defesa da universidade pública e gratuita.

Para enfrentar a reforma do PT é necessário, mais do que nunca defender a constituição um único sistema de ensino superior público e gratuito, que exclui o ensino particular e supõe a sua completa estatização sem indenização. Porém, um sistema dirigido pelos que nela traba-

lham e estudam na forma da autonomia universitária. Esta autonomia que significa essencialmente a liquidação da atual estrutura burocrática da universidade e a subordinação do governo universitário às assembleias universitárias, onde a maioria estudantil possa limitar os interesses corporativos e ação corruptora do capital sobre a burocracia. Evidentemente que, sob o capitalismo, tal autonomia só pode se dar de forma conjuntural quando a comunidade universitária se levanta contra a ingerência da burguesia e lhe impõe sua autonomia pela mobilização. Contudo, sem levantar claramente esta reivindicação, os estudantes serão arrastados para alguma das variantes que tentam alterar detalhes da proposta do governo ou criam ilusões de que sob o capitalismo decadente, a universidade de um país atrasado pode se desenvolver.

Repúdio ao método da ocultação das divergências ou como construir um verdadeiro movimento contra a reforma universitária

O primeiro encontro dos estudantes do Paraná contra a Reforma Universitária deveria ser um espaço em que se debatesse livremente para deliberar encaminhamentos unitários. A contunência do ataque do governo exige a mais ampla unidade, impossível de se conseguir sem que se explicitem todas as posições. Ao contrário disso, o I Encontro já nasce com esta possibilidade castrada, pois, renegando unilateralmente do acordo feito em Guarapuava, recebemos uma comunicação de que o mesmo estaria sendo completamente alterado por um grupo de estudantes da Unioeste e da UFPR, sem nos dar a menor chance de discordar deste encaminhamento. E, na comunicação que nos enviaram, decidiram que a forma democrática de apresentação de teses utilizada no II ENEP, não serviria ao "nosso objetivo" – não sabemos quem são esses "nosso".

"Ao retornarmos de reunião de representantes de estudantes das IEES do Paraná e reavaliarmos os encaminhamentos a respeito da estrutura do Encontro Estadual, nós os DCE's de CVel, Marechal, CA de Secretariado, CA Física UFPR, CA de Letras Cvel, em reunião em CVel domingo passado, achamos que a estrutura de congresso, com apresentação de teses, não convém com o nosso objetivo"

A seguir, tentando justificar o injusti-

ficável afirma a comunicação que "O objetivo do encontro não pode ficar centrado "em divergências politico-partidárias" o que ocorreria no caso de "...centrarmos as discussões em cima de uma estrutura de congresso, com apresentação de teses, acabaríamos jogando os estudantes numa discussão teórica interminável sobre quem (ou que partido) os representa melhor.". Por essa razão, os companheiros da Unioeste, unilateralmente e do alto da sua sabedoria decidem que é melhor esconder as divergências para podermos "...encaminhar ações práticas de resistência e não cairmos numa discussão teórica sem fim."

Não sabemos a origem de tanta clarividência a respeito do futuro, clarividência que lhes permitiu prever com toda certeza que apresentação de teses cairia fatalmente numa "discussão teórica interminável". Certeza que finalmente justificaria o procedimento unilateral de repudiar um encaminhamento coletivo tirado com a participação de outros estudantes – Londrina, Maringá e Guarapuava.

O que com certeza podemos afirmar é que ocultando as divergências não é possível conseguir a adesão de pensamentos diferentes. Com o método da ocultação de divergências a única coisa que pode se conseguir é arregimentar um bando de carneirinhos que concor-

dem em abdicar de sua faculdade de pensar pela sua própria cabeça, o que certamente está muito longe de qualquer coisa que possa ser caracterizada como um movimento.

Mas a comunicação, além de falaciosa é hipócrita, pois ao mesmo tempo que diz querer evitar "divergências politico-partidárias" nos informa que na programação está prevista a intervenção de pessoas ligadas a determinada corrente política apenas.

"A estrutura definida em cascavel: SABADO - 9 as 11:30: Mesa Conjuntura (Valério Arcary, Marcelo Badaró, outros) 16 as 19 h: Mesa Reforma Universitária (Antonio Bosi, Rodrigo, Julia)"

Nós da Corrente Proletária na Educação nunca ocultamos a nossa vinculação ao projeto de construir um Partido Operário Revolucionário, e, sem abdicar desta finalidade estratégica, intervimos no movimento social buscando ampliar a base de militância contra toda forma de opressão social e política, razão pela qual, apostamos na possibilidade de uma intervenção frentista inclusive com os companheiros do PSTU. A intervenção frentista, contudo, supõe a mais ampla liberdade de divergência e debate, o que nos leva a repudiar o método empregado na organização deste encontro.

Nesta edição:

- UTO Bolívia: O levante estudantil
- Bolivianos, Não se Deixem Enganar pela Oferta de Constituinte! É uma Mentira, como foi o Referendo!
- A Força e a Debilidade do Povo e da Classe Operária na Bolívia
- O Oportunismo do MAS
- Collin Powell exige inspeção nuclear no Brasil

Artigos do Cerqui Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional



UTO Bolívia:

Resoluções da Assembléia Geral Universitária

Examinado: Os estudantes da UTO, prosseguindo com a matéria iniciada, se colocam as tarefas impostergáveis de transformar nossa Casa de Estudos Superiores para converter a UTO em uma Instituição de Cultura Superior, onde o processo ensinamento/aprendizagem tenha como base a unidade entre a teoria e a prática na produção social e esteja de fato a serviço da luta dos explorados na Bolívia.

Considerando:

a) Que, no momento atual, depois das gloriosas jornadas do dia anterior, só contamos com o poder estudantil/popular exclusivo surgido no seio do movimento estudantil e popular como uma resposta à necessidade de romper desde a raiz da estrutura de poder anacrônica das camarilhas que até hoje manejam a UTO.

b) Que o movimento estudantil universitário foi o que na teoria e na prática defendeu a Autonomia Universitária frente ao Estado burguês e seus poderes, assim como seu postulado fundamental do Co-governo Paritário.

c) Que o movimento estudantil universitário em todas as suas batalhas propôs que o ensino universitário melhore deixando de ser apenas teórico e memorístico

Portanto, a Assembléia Geral Universitária resolve emitir os seguintes Decretos Revolucionários:

Decreto Revolucionário Nº 1:

Decretamos a Revolução Universitária na UTO, portanto desconhecimento de todas as Autoridades Universitárias: Reitor, Vice-Reitor, Decanos e diretores de carreira, Tomando o Comitê de Defesa da UTO (Federação Universitária Local, Centro de Estudantes, Central Operária Departamental, Comitê Cívico Popular, Associações de trabalhadores etc.) o controle imediato da UTO em todos os níveis de decisão.

Decreto Revolucionário Nº 2:

Destituição de todos os catedráticos. Convocatória de concurso para o preenchimento das cátedras vagas (que são 100%), sob um regulamento especial. Tornam-se nulos os acúmulos na docência. Amplia a vigência da liberdade de cátedra, entendendo-a como liberdade de expressar os conceitos e idéias que acreditem ser convenientes sem limitação alguma. Vigência da Cátedra paralela e da Cátedra livre.

Decreto Revolucionário Nº 3:

Converter o Co-governo de paritário para majoritário estudantil. Como única garantia que a Universidade se transforme e esteja a serviço dos objetivos estratégicos do proletariado. Participação de Mineiros etc. no Governo Universitário. Transitoriamente assume o controle total da Universidade o Comitê de Defesa da UTO, onde estão os representantes do povo. Instituir o

veto estudantil, o sistema de sufrágio universal nas eleições das autoridades universitárias (Reitor, Vice-Reitor, Decanos e diretores de carreira etc.) como único meio de garantir a democracia universitária.

Decreto Revolucionário Nº 4:

Criar o Co-Governo Majoritário Estudantil na Direção Administrativa e Financeira. Cria-se uma nova escala salarial para os docentes e funcionários administrativos no marco da austeridade econômica. Toda execução orçamentária da universidade deve ser aprovada numa assembléia estudantil. Descentralização administrativa e econômica da UTO.

Decreto Revolucionário Nº 5:

Reestruturação dos programas de ensino de todas as carreiras, tomando como base: unir a teoria e a prática na produção social. Cria-se uma Comissão Especial para que se elabore um projeto.

Decreto Revolucionário Nº 6:

A livre participação dos estudantes às aulas. Todos os estudantes devem comparecer a suas faculdades para discutir qual a melhor forma de implantar os decretos revolucionários.

Finalizado na Porta da Reitoria às 17 horas do dia Dois de setembro de 2004

(extraído do Masas boliviano nº 1917 de 10/09/2004)

ORURO UTO Bolívia: estudantes se rebelam contra a mediocridade docente

Em todo o sistema universitário, os estudantes consideram que os docentes são medíocres, que não merecem o salário que ganham. Por isso sua oposição ao incremento salarial.

Em Oruro, os estudantes não se limitaram somente a protestar da boca para fora contra o incremento aos docentes, enfurecidos tomaram o Conselho Universitário,

obrigando os conselheiros a revogar o aumento salarial de 2% que haviam aprovado e o Reitor a renunciar por ser um traidor (dizia apoiar a greve de fome estudantil contra o aumento dos professores). Uma assembléia geral decretou o início da "Revolução Universitária" sob o controle estudantil.

Por que esta visão tão negativa dos do-

centes? Porque efetivamente, o Poder Docente se apoderou do governo universitário e se converteu em uma ditadura institucionalizada, refúgio de reacionários e "esquerdistas" quebrados, medíocres, arrivistas e prepotentes. A criação de ciência e cultura, a investigação, são raridades agonizantes no meio da repetição mecânica e estéril e da corrupção acadêmica.

O Poder Estudantil foi varrido do governo universitário. As camarilhas docentes ligadas a política burguesa controlam também as direções estudantistas burocratizadas, corrompidas pelas rendas eclesiais e dos partidos burgueses.

Esse Poder Docente reacionário só se interessa por cuidar de seus interesses mesquinhos às custas da destruição da universidade pública e gratuita. Ao serviço da Reforma Educacional elitizante, é indolente ante as carências da Universidade, que trata com desdém o direito dos jovens a educação superior gratuita — especialmente dos filhos dos explorados —, impulsionador do processo de mercantilização das universidades públicas: cobrança de contribuições dos

estudantes, restrição do ingresso, cursos pré-universitários, pós-graduação e programas especiais de titulação pagos etc.

O grito de rebelião dos estudantes de Oruro é uma expressão da rebelião dos explorados que estão outra vez nas ruas, mostrando o traseiro nu em plena Praça Murillo ao governo reacionário do ardiloso Mesa que acredita poder zombar da luta das massas empenhado em transformar as manifestações de Outubro de 2003 em uma peça teatral cômica para salvar o pescoço das multinacionais.

Novamente se levantam as bandeiras de luta que apontam rumo à revolução social. A universidade não é alheia aos problemas sociais, é parte deles. Por isso, nós

estudantes nos rebelamos contra as camarilhas docentes que usurpam a autonomia universitária, que é uma conquista dos estudantes e dos explorados para proteger a universidade do manuseio dos governos burgueses procurando que a universidade, livre para atuar e para pensar, expresse a ideologia revolucionária do proletariado que busca se libertar e libertar o país em seu conjunto da opressão imperialista e da exploração capitalista.

Apoiamos plenamente o movimento dos estudantes orureños e convocamos aos estudantes de todo o país a seguir o exemplo de Oruro.

(extraído do Masas boliviano nº 1917 de 10/09/2004)

A Lição dos Universitários Revolucionários da UTO

Como uma prolongação dos delineamentos vertebrais da revolução universitária dos anos setenta, a vanguarda revolucionária da Universidade Técnica de Oruro lançou um documento (aprovado por uma assembléia ampla de universitários e setores populares) que exterioriza o objetivo de conquistar uma profunda transformação da educação superior.

Rapidamente amplas camadas de docentes, administrativos e os grupos univer-

sitários reacionários se colocaram em marcha para cercar e estrangular o movimento iniciado na universidade orureña.

Por que constitui um perigo para os setores obscurantistas, governamentais e burgueses, empenhados em privatizar as escolas de ensino superior e de submetê-las às ordens do Banco Mundial na educação?

Damos uma resposta concisa: Desde o seio da UTO se lançou a consigna sobre

como salvar a educação e a universidade da opressão cretinizadora da burguesia.

Os universitários nos dizem que somente a mobilização das massas sob a política revolucionária do proletariado, para impor uma educação que parta da unidade entre teoria e prática, poderá permitir humanizar o homem, hoje já bestializado.

(extraído do Masas boliviano nº 1918 de 17/09/2004)

Assembléia da Orureñidade, 9 de setembro de 2004-10-06

Por uma Universidade dos explorados e dos estudantes, ligada a produção social e que aponte para a revolução proletária.

A paciência acabou, a decadência da sociedade capitalista atual arrastou uma de suas criaturas, a universidade, a decadência. Isso pode ser traduzido no fato de que os encarregados do ensino (docentes) se transformaram na negação da ciência e do conhecimento. Essa é a amarga realidade!

Nós universitários não podemos permanecer em silêncio quando o futuro nos fecha a porta. Declaramos a todo mundo nossa rebelião. E fazemos um chamado a toda a juventude estudantil e aos explorados da Bolívia a se somarem nessa luta. Isso se quisermos alcançar o homem novo livre de toda exploração, opressão e necessidades. Chegou a hora de enterrar a velha universidade e o velho capitalismo caduco.

Vamos caminhar para transformar a essência da Universidade para colocá-la a serviço da revolução social.

Nossa luta se liga à luta das massas, junto com elas buscamos que os combustíveis e demais recursos e meios de produção passem para as mãos do Estado

operário; lutamos pelo salário mínimo vital com escala móvel; por trabalho a todos os desempregados, diminuindo a jornada sem reduzir o salário; por um seguro social financiado pelo Estado patronal para toda a população; pela autodeterminação (Estados próprios) dos quéchuas, aymará e tupis-guaranis; pelo governo direto da população nas prefeituras através dos cabildos abertos (assembléias populares); enfim lutamos por todas as necessidades operárias e populares, colocadas como reivindicações transitórias rumo ao comunismo (propriedade social, autogoverno das massas sem Estado).

Fazemos a ligação da luta pela nova universidade com a luta dos explorados, pois: "Na Universidade, como em todos os fenômenos sociais, existem duas tendências contrapostas: a revolucionária e a reacionária. A Reforma Universitária como fenômeno histórico e considerada em sua verdadeira essência, não é mais que a luta entre o proletariado e os agentes nativos do imperialismo que arrastaram atrás de si a 'inteligência' pequena-burguesa" (Resolução da Assembléia Popular, 1971).

Declaramos que o movimento estudantil de Oruro guia-se com a política revolu-

cionária da classe operária.

"*Sob nenhum pretexto pode-se falar de uma autonomia Universitária com relação ao movimento operário. Se formos revolucionários, temos de concluir que a universidade deve estar submetida ao proletariado e por isso não é autônoma em relação a ele. A política revolucionária da classe operária considera que a atividade e a luta universitária é mais uma de suas manifestações e por isso reivindica efetivar a hegemonia proletária*" (Resolução da Assembléia Popular, 1971).

Conscientes de que: "a nova universidade não pode ser criada em pequenos laboratórios, que a miséria e a exploração não serão realmente liquidados através de planos de assistência social isolados. Devemos acabar com a divisão classista e sepultar a atual sociedade e para isso a massa estudantil deve voltar-se à luta revolucionária sob a direção do proletariado, não dando margem a nenhuma aventura ou provocação. Os universitários devem tender a adotar os hábitos proletários, sua serenidade e sua luta sistemática e paciente" (Resolução da Assembléia Popular, 1971).

Devemos colocar em execução agora e a partir das bases os decretos revolucionários aprovados na assembléia universitária do dia 2 de setembro, começando por con-

solidar o desconhecimento realizado a todas as autoridades (reitor, decanos e diretores), a destituição de todos os docentes e a seleção dos melhores para as Assembléias estudantis de cada carreira!!!

Objetivos de nossa luta

1 Incorporar a Universidade à produção social para unir teoria e prática.

2 Exames de competência para docentes a cada 3 anos. Fim das cátedras vitalícias.

O Que Define a Política Estudantil?

Não devemos esquecer que a Universidade, assim como todo aparato educacional, a igreja, as leis..., foram colocados em pé para garantir a ordem social burguesa, a grande propriedade privada, a exploração e a opressão da maioria nacional por um punhado de privilegiados

As idéias, as ambições, os objetivos que os homens perseguem, estão determinados pela forma com que produzem sua vida social, ou seja, se são ou não proprietários dos meios de produção e em que medida (grande, pequena e social). A grande maioria dos universitários é pequeno-burguesa (classe média). Isso determina que

Rumo à Nova Escola

A resposta que o imperialismo e os organismos subordinados a ele, como o Banco Mundial, dão à educação se subordina aos objetivos do capitalismo em decadência que não consegue superar a crise econômica mundial que enfrenta.

Essa observação nos convence que o problema da educação pendente da estrutura econômica da sociedade. A burguesia subordina a escola à preservação de seus interesses, de sua própria estrutura.

O Essencial

O capitalismo pela sua estrutura, desde seu nascimento e para preservar seu presente e seu futuro, separa a teoria da prática e não tem capacidade de uní-las.

A burguesia como classe dominante da sociedade, subordina a escola e a educação a seus interesses, que deveria ser o primeiro passo para preparar devidamente a massa operária que deve explorar. Mas a burguesia reduz as massas ao trabalho cotidiano e ao mesmo tempo a impede de poder penetrar no campo da teoria, apoderando-se desta, utilizando-a para formar seus auxiliares que seleciona no seio da classe média.

A escola, desde seus primeiros dias foi desumanizante para a grande massa de trabalhadores assalariados, os mecaniza e

3 Voto universal pleno: democracia real, um voto estudantil igual a um voto docente, não mais o voto docente privilegiado.

4 Governo universitário tripartite de estudantes, trabalhadores e docentes com maioria estudantil em todos os níveis, a participação operária é imprescindível como direção política revolucionária.

5 Anulação das contribuições estudantis. Arrancar um orçamento maior do Esta-

do para a universidade.

eles não têm uma política própria, e por isso oscilam entre as propostas dos extremos sociais (burguesia e proletariado).

A Reforma Universitária, que propôs a autonomia frente ao governo, se iniciou como democratismo burguês frente ao Estado e a Igreja. Mas sem dúvida, a agudização da luta de classes acabou lhe dando uma projeção oposta, uma identificação com a política proletária.

Na Bolívia se chegou ao Poder Estudantil e ao Co-governo paritário docente-estudantil, que na prática mostrou traços de ditadura dos estudantes. Isto ocorreu pela influência da política proletária (que busca

destrói sua inteligência, impondo-lhes a superespecialização.

O Banco Mundial (um dos instrumentos do imperialismo) não cansa de colocar emendas a seus planos educacionais que procuram substituir os cérebros dos estudantes com a internet.

A Resposta

Os professores, os estudantes, os trabalhadores, os revolucionários têm que se mobilizar maciçamente para sepultar a educação burguesa, pois ela é destruída do homem e substituí-la por uma que parta da unidade entre a teoria e a prática, esta sim a base do conhecimento da realidade, que fundamentalmente é sensorial.

Existe a unidade entre a teoria e a prática nos laboratórios? Não passaria de uma pobre imitação das oficinas artesanais? Não devemos nos esquecer que o homem existe e se desenvolve no seio da natureza/sociedade.

Estamos falando da produção social. Nesse terreno a educação deve partir da unidade da teoria e da prática na produção social. Estamos aqui nos referindo ao desenvolvimento integral do homem, à sua humanização.

Vale a pena recordar que S. Rodriguez,

do para a universidade.

6 Aplicar o governo tripartite na Direção Administrativa Financeira (DAF). Difusão pública e permanente das finanças da universidade.

7 ingresso livre à universidade, toda a juventude tem direito ao trabalho e ao estudo.

(extraído do Masas boliviano nº 1918 de 17/09/2004)

destruir a grande propriedade privada e substituí-la pela propriedade social – comunista). Na Bolívia pudemos constatar que este processo ocorreu devido à necessidade que a classe operária ganhe para sua política as massas estudantis. A expressão dessa política no interior do movimento estudantil traduz a necessidade de ganhar as massas para materializar a revolução social. Na prática se expressa como a demonstração para impor uma política educacional que procure materializar a unidade entre a teoria e a prática na produção social.

(extraído do Masas boliviano nº 1917 de 10/09/2004)

em sua época encarregado de planificar a educação, estabeleceu que os alunos deveriam aprender a manejar o ferro, a madeira etc. Até os sacerdotes instalavam em seus centros de ensino uma oficina artesanal. Esse é um exemplo do que acontecia no passado.

A Revolução Social

O descrito acima parte da convicção de que a educação imposta pelos governos burgueses e pelo imperialismo só pode ser transformada radicalmente pela ditadura do proletariado (governo operário e camponês). A burguesia se encontra assentada na separação da teoria da prática.

O proletariado, no seu empenho em se libertar da opressão e da exploração, encarna o empenho de revolucionar a educação, partindo da unidade entre a teoria e a prática.

O atual governo burguês está empenhado em materializar as exigências imperialistas na educação. Essas reformas serão adotadas para impedir que a educação seja transformada de forma total ou radical, fenômeno inseparável da libertação da classe operária.

(extraído do Masas boliviano nº 1917, de 10/09/2004)

Bolívia:

Bolivianos, Não se Deixem Enganar pela Oferta de Constituinte! É uma Mentira, como foi o Referendo!

Ambas são palavras vazias para enganar os bobos!

O que é a Realidade Social, a Política? Não são o ordenamento jurídico, o texto da Constituição, as palavras vazias dos parlamentares ou do presidente da república, expressões superestruturais que não definem as leis de desenvolvimento e transformação do país.

Impõem-se a estrutura econômica, as relações de produção, a propriedade dos meios de produção (grande, média e social).

Hoje a burguesia (grandes propriedades privadas dos meios de produção) domina. A Constituição, a ordem jurídica, a natureza dos Poderes do Estado, a educa-

ção etc. são expressões da defesa da grande propriedade, da divisão da sociedade em classes, em explorados e exploradores.

A Constituição política e o governo burguês não podem se desvincular da defesa da grande propriedade privada, da burguesia e das multinacionais.

As reformas na Constituição, as leis, não podem se desvincular da obrigação de defender a grande propriedade privada, a burguesia e seus governos. São reformas quantitativas e não qualitativas. As reformas que serão introduzidas não se atreverão a tocar na essência da

grande propriedade privada.

Para acabar com a opressão e exploração das multinacionais, do imperialismo da burguesia, temos de destruir a grande propriedade privada dos meios de produção e transformá-la na social, o que fará desaparecer as multinacionais e a burguesia, permitirá arrancar, sem nenhuma indenização, os meios de produção que estão em suas mãos. Não se trata de reformas legais, mas de consumir a Revolução Proletária.

(extraído do Masas boliviano nº 1917 de 10/09/2004)

Sobre o destino dos Combustíveis

Os politiquês, até os disfarçados de “esquerdistas” se esforçam para esquecer que a base estrutural e econômica determina o caráter das medidas da política governamental.

Afirmamos que os que defendem a grande propriedade privada burguesa se apressam em ganhar a confiança das multinacionais, do embaixador dos Estados Unidos que colonizou o país, buscam formar consórcios com o capital financeiro, com empresários poderosos. Os governantes e parlamentares do país, que existem e se movem no marco da Constituição e da ordem jurídica burguesa têm de defender a grande propriedade privada e não podem atentar contra ela. Estão condenados a encontrar a melhor forma possível que lhes permita entenderem-se com os poderosos empresários e não em expropriarem as propriedades deles, sem nenhuma indenização. O problema

esta reduzido a cobrar mais ou menos impostos, participação nos lucros etc.

Transformação Radical

A questão colocada é como sair da crise econômica mundial do capitalismo, que por si própria já está colocando a urgência de que se consuma a revolução proletária.

Na luta de nossos dias de agravamento da miséria extrema e de desemprego massivo dos trabalhadores, percebemos que avança a revolução social, algumas vezes como expressão da convulsão instintiva das massas e outras oportunidades como avanço da luta sob a direção política do partido marxista-leninista-trotskista.

O que é Revolução Social?

Avançou como a rebelião da propriedade social (de todos e de nenhum indivíduo) contra a grande propriedade

burguesa dos meios de produção. A vitória revolucionária leva a vigência da propriedade social.

Enquanto não se materializa esses processos, os governantes e parlamentares atuam como testas-de-ferro da grande propriedade privada burguesa, ou seja, como inimigos do povo, como obstáculos que impedem a solução dos grandes problemas sociais.

Na atualidade, o Presidente da República é um expoente da burguesia nativa vende-pátria e esfomeadora. É o lacaio do imperialismo e das multinacionais, portanto inimigo do povo (operários, camponeses, maioria empobrecida da classe média).

Mesa não pode abrir as portas para o progresso do país e não é solução dos problemas sociais.

(extraído do Masas boliviano nº 1918, de 17/09/2004)

A Força e a Debilidade do Povo e da Classe Operária na Bolívia

O desenvolvimento dos povos e das classes sociais não segue uma linha reta e mecânica, mas é contraditória, dialética, cheia de avanços e retrocessos. A incompreensão desses processos impede de conhecer as leis de desenvolvimento e transformação qualitativa da Bolívia, no nosso caso. Muitas vezes, constatamos que um fator, geralmente inesperado, pode modificar um obstáculo que impede a evolução da classe social e o transforma em seu oposto.

Ao longo da história boliviana, os políticos e os intelectuais sustentaram que no país era impossível a revolução proletária e que esta viria sem dúvida alguma do exterior, das metrópoles altamente desenvolvidas.

Assinalavam como obstáculo a pobreza, o enquistamento do capitalismo nas minas, o baixíssimo nível cultural, a falta de tradição histórica etc. Para os dirigentes operários e esquerdistas, a tarefa fundamental era alfabetizar as massas. Por exemplo, Marof dizia que as massas analfabetas do país eram estranhas às discussões teóricas e que para vencer precisavam de grandes caudilhos.

Tudo isso caiu por terra quando jovens poristas foram empurrados pela repressão policial a refugiarem-se nos acampamentos mineiros. A penetração dos trotskistas no seio dos operários de base fez aflorar a luta revolucionária e com o impulso das “Teses de Pulacayo” de um salto se colocaram politicamente à cabeça do proletaria-

do do continente. Agora, ricos e pobres esperam que a atual agitação social culmine na ditadura do proletariado. Entretanto, tudo o que fazem esses governantes burgueses e seus lacaios parlamentares e politiquês pagos generosamente permitirá assegurar os substanciais lucros para as multinacionais e o agravamento da extrema miséria e do desemprego massivo e dos bolivianos.

Cabe agora aprofundar a mobilização das massas e assinalar com clareza os objetivos políticos de sua luta. Tudo isso se sintetiza na revolução proletária que imporá a propriedade social e sepultará a grande propriedade burguesa.

(extraído do Masas boliviano nº 1918, de 17/09/2004)

O Oportunismo do MAS

a) Evo Morales e seus correligionários, não satisfeitos em ter consumado um referendo enganoso e desviado milhões de dólares americanos, madrugaram para lançarem-se a captura de municípios, sejam nas cidades como nas áreas rurais.

Para culminar suas ambições vêm valendo-se da prédica de três fraseologias utópicas: O julgamento do ex-presidente Gonzalo Sanches de Lozada, a reivindicação marítima e a Nacionalização dos combustíveis.

Com estas três armas estratégicas pretendem enganar os não eruditos, aos incautos, aos despossuídos, fundamentalmente aos camponeses das camadas empobrecidas, que ainda levam em seus ombros o pesado fardo do colonialismo e feudalismo político, por isso são vítimas fáceis da politicagem e da demagogia.

b) Como consequência, os politiqueros e famélicos de dinheiro que pertencem ao MAS e a outros grupos indigenistas se acostumaram a encabrestar os camponeses e a população marginal das cidades como se fossem seus cavalos ou ovelhas, a quem os obrigam a sair para as marchas, para votar, para panfletar, fazendo-os acreditar que são deuses, agora os utilizam dissimuladamente como bodes expiatórios, não lhes retribuem com nada, ao contrário, os convertem em seus melhores bois de lavra. O MAS é a síntese dos partidos antidiluvianos ou cavernários, muito mais demagogos que seus padrastrós tradicionais, não há nada que os diferencie dos sistêmicos (MNR, MIR, ADN, MBL, MSM etc.).

c) Os parlamentares do MAS como os do MIP estão metidos na mesma cova dos legisladores ladrões e bandidos, onde juntos se repartem os milhares e milhões de dólares desviando e fazendo uso ilícito das riquezas do povo como se fossem suas.

d) Por outro lado, o MAS é o sustentáculo fundamental do go-

verno – ou será desgoverno – de dom Carlos D. Mesa e outras companhias, este do mesmo sangue expedicionário e exitista do espanhol aventureiro Francisco Pizarro. Diante da história, ambos vêm imprimindo a arte da mentira, da chateação, de servir-se gratuitamente da população camponesa, que são aplicados para que o povo ingênuo prossiga sob as ordens dos caciques da politicagem criolla.

e) Na verdade, os masistas são fiéis auxiliares e mendigos do neoliberalismo já tradicional e dos imperialismos (norte-americano, europeu e asiático), que além de tudo favorecem os recursos naturais dos “sub-imperialismos” do Brasil e da Argentina. Vendo este quadro de realizações, é falso que esses espécimes encarem uma política de industrialização do país e outras coisas do gênero. Na realidade, estão contribuindo para um rápido e maior empobrecimento das maiorias e as empurram para que caiam no mundo tenebroso da barbárie.

f) É imperativo que nos libertemos de nossos eternos e neocarcarcos, para isso devemos amadurecer nossa consciência de classe, temos de expressar as coisas pelos seus nomes, nossos atos devem ser a expressão da capacidade de análises. Somente assim podemos conhecer melhor aos masistas preguiçosos e a seus aliados, que para continuar engordando recrutaram para as eleições municipais de 2004 uma gama de feiticeiros (padres anjos negros, bruxos ou laykas, mamma tallas, anticristos, leguleyos etc.), todos eles elementos contra-revolucionários. A toda essa cambada de impostores e mal-entendidos, devemos derrubá-los com a ajuda da ciência proletária marxista-leninista-trotskista, que conduzirá as massas até a revolução social.

(extraído do Masas boliviano nº 1918, de 17/09/2004)

EUA: Eleições Norte-Americanas se Encarregam de Demonstrar a Crise do Imperialismo Putrefato

As primeiras pesquisas demonstravam que os democratas se pultariam nas eleições presidenciais os republicanos. Os últimos resultados dão a impressão que a situação se inverteu. Bush é furiosamente aplaudido quando declara que sua missão histórica é manter o poderio do dono do mundo, ou seja, dos Estados Unidos da América do Norte.

Devemos ressaltar que os partidos Democrata e Republicano são expressões políticas de setores imperialistas que não põem em dúvida que o destino da potência norte-americana é dirigir os governos e economias dos demais países do mundo. Desse ponto de vista é insignificante a diferença entre democratas e republicanos.

Ambos os partidos pregam que a segurança dos EUA será assegurada quando eles dirigem os demais países do mundo e se dedicam a eliminar fisicamente as tendências opositoras a sua política internacional colonizadora.

Collin Powell exige inspeção nuclear no Brasil

A visita do Secretário de Estado norte-americano Collin Powell ao Brasil teve um claro objetivo: pressionar o governo para que permita a inspeção sem aviso prévio e sem restrições da ONU sobre as instalações nucleares brasileiras. O chefe de governo ianque usou de linguagem diplomática para dizer que o Brasil não está na mira dos EUA, como estão Irã e Coréia do Norte, agradeceu a atuação das tropas brasileiras no Haiti, mas recomendou ao país a abertura de inspeção irrestrita, de acordo com o que quer a ONU. Como a ONU não passa de marionete nas mãos do imperialismo, o acesso irrestrito às instalações brasileiras significa o acesso e a tutela ianque às tecnologias desenvolvidas.

Bush é a expressão da brutalidade e da degeneração humana e, sem dúvida, aparece como o líder carismático e até mesmo inteligente, o que o move à frente.

Estados Unidos Socialistas da América Latina

A luta de classes se agudiza no continente, o que pode culminar com a vitória revolucionária em países como a Bolívia. Isso coloca a urgência de colocar essa luta desde o exterior, a fim de assegurar a vitória popular contra o imperialismo.

Na Bolívia vemos o início desse processo, mas o movimento aparece isolado, o que deve ser superado com o apoio revolucionário internacional. Que se traduz em assegurar a luta em direção dos Estados Unidos Socialistas da América Latina, expressão da solidariedade internacional.

(extraído do Masas boliviano nº 1917, de 10/09/2004)

O governo do PT/Lula tem mostrado submissão ao aceitar toda inspeção da ONU sobre as instalações, com a única condição de que seja avisado com antecedência de modo a preservar a tecnologia desenvolvida. Aceita a imposição imperialista de que somente um grupo restrito de países podem fabricar a bomba nuclear, e agirem assim como os donos do planeta. Anula qualquer fachada de soberania nacional quando aceita a tutela externa sobre a tecnologia nuclear.

A autodeterminação pressupõe o direito das nações de fabricarem o que bem entenderem, inclusive bombas e drogas. A submissão do governo do PT/Lula expressa a impotência da burguesia nacional que o sustenta em realizar a independência nacional.